

GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

NIRE 35.300.350.120

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

1 DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 11 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**").

2 CONVOCAÇÃO: O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária e extraordinária ("**Assembleia**") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), no jornal "Data Mercantil", nas edições de 12, 13 e 14 de março de 2024 (páginas 06, 07 e 10 do jornal impresso e 16, 06 e 03 do jornal digital, respectivamente).

3 PUBLICAÇÕES: As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no jornal "Data Mercantil" (páginas 05 a 06 do jornal impresso e 01 a 14 do jornal digital), no dia 12 de março de 2024.

Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (ri.gpssa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br).

4 PRESENÇA: Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 84,95% (oitenta e quatro vírgula noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 10 de abril de 2024, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 ("**Mapa Sintético Consolidado**"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também a Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Marcos A. Boscolo,

representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“**Auditores Independentes**”), e as Sras. Livia Xavier de Mello e Helena Turola de Araujo Penna e o Sr. Edson Neves de Souza, na condição de Membros Titulares do Conselho Fiscal da Companhia.

5 MESA: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; e pelo Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário.

6 LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (ri.gpssa.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no *website* da CVM (www.gov.br/cvm). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 48, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7 ORDEM DO DIA: Apreciar e deliberar sobre:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (ii) alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia.

8 DELIBERAÇÕES: Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstenções, as contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas

notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal, nos termos da proposta da administração para a Assembleia (“**Proposta da Administração**”);

- (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstenções, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R\$642.509.173,38 (seiscentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e nove mil, cento e setenta e três reais e trinta e oito centavos) (“**Lucro Líquido**”), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração:

(a) R\$32.125.458,67 (trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

(b) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R\$215.094.485,00 (duzentos e quinze milhões, noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, composto por:

(I) R\$152.595.928,68 (cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$0,2270197540 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 31 do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”); e

(II) R\$62.498.556,32 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), correspondentes a 10,24% (dez vírgula vinte e quatro por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$0,0929802453 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos adicionais; e

Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em até 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, em data a ser oportunamente divulgada pela Companhia, à vista, por meio de crédito em conta corrente. Farão jus aos referidos dividendos os acionistas da Companhia registrados como tal em 11 de abril de 2024, data de realização desta Assembleia.

(c) considerando as propostas dos itens (a) e (b) acima, destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), no montante de R\$395.289.229,71 (trezentos e noventa e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos) à reserva estatutária, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 31 do Estatuto Social.

Dentre o saldo destinado à reserva estatutária acima, o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) será destinado à capitalização de reserva estatutária, sem a emissão de novas ações, a ser deliberada conforme item (i) da assembleia geral extraordinária realizada nesta data.

- (iii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante previsto de R\$109.265.376,00 (cento e nove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais), sendo (i) previsão de R\$2.396.160,00 (dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e sessenta reais) referente aos membros do Conselho de Administração; (ii) previsão de R\$106.345.535,00 (cento e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais) referente aos membros da Diretoria; e (iii) previsão de R\$523.681,00 (quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e um reais) referente aos membros do Conselho Fiscal, nos termos da Proposta da Administração; e
- (iv) acionistas da Companhia representando aproximadamente 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) do capital social votante solicitaram a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 36, parágrafo único, da Resolução CVM 81 por meio de boletins de voto à distância, conforme evidenciado no Mapa Sintético Final. No entanto, considerando a ausência de apresentação de candidatos por parte dos acionistas da Companhia, a matéria restou prejudicada, não tendo sido instalado o Conselho Fiscal.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e
- (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, a alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente Ata.

9 MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao artigo 48, parágrafo 6º, da Resolução CVM 81, o mapa sintético final de votação constante do **Anexo II** ("**Mapa Sintético Final**") é parte integrante desta ata.

10 ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da

ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia.

Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81: Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho.

Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81: CAROLINA FERNANDES DA CUNHA CERQUEIRA DA SILVA, VANESSA LIGIA MACHADO; REPRESENTADOS POR DANIEL BARRETO NEGRI: CARLOS NASCIMENTO PEDREIRA, NP PARTICIPAÇÕES S.A., MARCELO NIEMEYER HAMPSHIRE, ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES, JOSÉ CAETANO PAULA DE LACERDA, VALORA PARTICIPAÇÕES LTDA., MARCOS LUIZ ABREU DE LIMA, SOLANGE MARIA PEREIRA MARTINEZ, LUIS CARLOS MARTINEZ ROMERO; REPRESENTADOS POR CHRISTIANO MARQUES DE GODOY: BESTINVER SICAV - BESTINVER LATIN AMERICA, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE, ITAÚ MASTER HUNTER LONG ONLY FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA, BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO ULTRA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAÚ SNIPER FIA, ITAÚ SIRIUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, ITAÚ HUNTER TOTAL RETURN MULTIMERCADO FI, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA EQUITY, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; REPRESENTADOS POR TALITA APARECIDA DA SILVA: CLÁUDIO PETRUZ, ALEXANDRO MARQUES FALCÃO, DIEGO SANCHES DE SOUSA E SILVA, MARCOS NASCIMENTO PEDREIRA, BERNARDO BORBA DO LAGO, ADRIANO DE ALMEIDA PONTES, ADRIANO MACEDO DA FONSECA, ALEXANDRE GUSHIKEN, EDUARDO JARDIM DE AZEVEDO, JOSÉ HERMINIO PASSOS SALES, JOSÉ RICARDO ZOMIGNAN FONTANARI, LUIZ RAIMUNDO TOMAZZONI, LUIZ ANTONIO DE SÁ ARRUDA, GUSTAVO VIANNA OTTO, ADAUTO MARCONDES FREIRE JUNIOR, ANTONIO CARLOS EDUARDO OFRASEO, ANGELA MARIA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ANDERSON NUNES DA SILVA, ALVARO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ADRIANA DA SILVA SIQUEIRA, GUILHERME NASCIMENTO ROBORTELLA, JEFFERSON NURBEGOVIC, THIAGO NUNES COSTA, ARTUR ELOY CHAGAS DE OLIVEIRA, CAMILA WILLERS HARTMANN, CARLOS ANDRÉ TEIXEIRA PITANGA, DANIEL PEGORINI, DANIEL QUEIROZ NEVES PELEGRINELLI, DANIEL RUFFINO PEREIRA MORENO, JOÃO PAULO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, VINICIUS ANDRADE MORAES CASTELO DE LUCA, CESAR LUIS NUNES MORAES, CINTYA PADUA CAVALCANTE, CLAUDIO PEDROSA MONTEIRO, CLEVERSON DUTRA ZONTINI, CRISTIANO FINARDI, BRIAN SILVA, DOMINGOS SÁVIO CURY DIB, EDILAINE SIENA, ELIESER LEITE SOBRAL, FERNANDA SIQUEIRA FERREIRA, FLAVIA MORAIS VON KRUGER, DIEGO DE MATOS FERRANDIS, KARLA MARANHO, MÁRCIO BARBOSA CUSTÓDIO, MARCIO RABELO CAMARGO, MARCO ANTONIO DA SILVA, MARCOS ABARCA OLIVER, MARIA ELSA ALBA BERNHOEFT, MICHEL PIPOLO DE MESQUITA, JULIANO COSTA DA SILVA, PRISCILA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, RICARDO DE VASCONCELOS FREIRE, PAULO CÉSAR

BRAGA ICÓ DA SILVA, WILIAN SALGADO DA SILVA; REPRESENTADOS POR VANESSA MENNA BARRETO: FIA RVA EMB IV, SNAPPER EQUITY LLC, FPRV SQA SANHAÇO FIA PREVIDENCIÁRIO, GROUPER EQUITY LLC, SQUADRA HORIZONTE FIA, SQUADRA INST FIA, SQUADRA MASTER IVP FIA, SQUADRA MASTER LONG-BIASED FIA, SQUADRA MASTER LONG-ONLY FIA, SQUADRA PREV MASTER FIA, SV2 EQUITY LLC, SV4 EQUITY LLC.

Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, em sede de Assembleia Geral Ordinária: WCM INVESTMENT MANAGEMENT, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, MERCER QIF FUND PLC, LAZARD EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY TRUST, SQUADRA TEXAS LLC, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, VKF INVESTMENTS LTD, STICHTING PGGM DEPOSITARY, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, SEI INSTITUTIONAL INVESTMENTS TRUST- EMERGING MARKETS E FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, ORI CAPITAL II MASTER FIA, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, ARTISAN PARTNERS GLOBAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND LP, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, HARRIS FAMILY FOUNDATION, ABS DIRECT EQUITY FUND LLC, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST, ALASKA PERMANENT FUND, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING, AGF EMERGING MARKETS FUND, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, IBM 401 (K) PLUS PLAN, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADAX FUND, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADAX FUND, JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T, PRINCIPAL INTERNATIONAL EQUITY FUND, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, MACKENZIE MAXIMUM DIVERSIFICATION EMERGING MARKETS INDEX ETF, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JNL MULTI-MANAGER INTERNATIONAL SMALL CAP FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS,

VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VELLIV, PENSION & LIVSFORSIKRING A/S, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS FUND, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS FUND LP, WCM INTERNATIONAL SMALL CAP GROWTH FUND, WCM INTERNATIONAL SMALL CAP GROWTH FUND L.P., APO CAPITAL LATAM FUND LLC, ARTISAN MULTIPLE INVESTMENT TRUST, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND, BARTHE HOLDINGS LLC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CC AND L Q 140-40 FUND, CCL Q MARKET NEUTRAL FUND, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS FLEXIBLE ZAR FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. AS TR F HSBC BRAZIL NEW MO FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, LF WALES PP EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION, MANULIFE GLOBAL SMALL CAP FUND, MAWER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MAWER EMERGING MARKETS EQUITY FUND LLC, MAWER GLOBAL SMALL CAP FUND, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL SMALL COMP UNIT FUND, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, OBERWEIS EMERGING MARKETS FUND, ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN BOARD, ORI CAPITAL I MASTER FIA, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEX, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RED LIFE REINSURANCE LIMITED, SCHOOL EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STICHTING SHELL PENSIOENFONDS, TENAX INSTITUCIONAL ACOES MASTER FIA, TENAX MACRO PREVIDENCIA MASTER FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MU, TENAX TOTAL RETURN PREV MASTER FIFE FIM, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE MASTER TR BANK OF JAPAN AS TR FOR HSBC BRAZIL MOTHER FD, THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, TNAX AES MASTER FUNDO DE

INVESTIMENTO EM AES, TNAX MACRO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, TNAX TOTAL RETURN MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, TYLER FINANCE LLC, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND, WISHBONE DELAWARE BRAZIL I, LLC; DYNAMO BRASIL I LLC, DYNAMO BRASIL III LLC, DYNAMO BRASIL VI LLC, DYNAMO BRASIL IX LLC, DYNAMO BRASIL XV LP, ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, DYNAMO BRASIL V LLC, DYNAMO BRASIL VIII LLC, DYNAMO BRASIL XIV LLC, COUGAR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MAR ABSOLUTO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; NÚCLEO PIÚVA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO PREV 100 FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO AGULHAS NEGRAS FIA, NÚCLEO MASTER FIA, FP FOF NC AÇÕES FIA, AURORA BRAZIL LLC, NCIP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; REPRESENTADOS POR RICARDO JOSÉ DA COSTA SILVA BORGES: SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I; FP NEO TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO NAVITAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO NAVITAS PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO FUTURE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES, NEO NAVITAS ITAÚ PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; APO CAPITAL LATAM MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; ASTER MASTER FIA G BDR NIVEL I, ASTER INSTITUCIONAL MASTER FIA, ASTER INSTITUCIONAL A FIA, ASTER MASTER FIA Q; JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, JGP ESG PREVIDENCIÁRIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ADVISORY XP SEGUROS FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP SULAMÉRICA MASTER PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FI MULTIMERCADO, JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ICATU FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP PREVIDENCIÁRIO RED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP BRASILPREV FIFE MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES I, FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTERIOR CRÉDITO PRIVADO, MOSTEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; TENAX TOTAL RETURN MASTER FIA; REPRESENTADOS POR LARISSA MATIAS CORREIA NUNES: CONSTELLATION CAMBARÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, CONSTELLATION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION BP 100 PREV. FIA FIFE, CONSTELLATION 100 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FIFE, CONSTELLATION COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIA MULTIMERCADO, CONSTELLATION ICATU 70 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, CONSTELLATION BRADESCO 100 FIFE FIA, CONSTELLATION QUALIFICADO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION

SULAMERICA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; INDIE LOTUS FIA, INDIE FOCUS FIA, INDIE FIFE PREVIDENCIA FIM, INDIE MASTER FIA, INDIE PLATINUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FP INDIE TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, INDIE BRPREV FIM; REPRESENTADOS POR PAOLA CAMERO MOUSSATCHE: VELT IVP MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS D INVESTIMENTOS EM AÇÕES, VELT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT PARTNERS FUND LLC, VELT BRADESCO PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT BV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT TARUMÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; REPRESENTADOS POR CARLOS GUSTAVO PERRET SIMAS: 3 ILHAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.

Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: WCM INVESTMENT MANAGEMENT, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, MERCER QIF FUND PLC, LAZARD EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY TRUST, SQUADRA TEXAS LLC, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, VKF INVESTMENTS LTD, STICHTING PGGM DEPOSITARY, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, SEI INSTITUTIONAL INVESTMENTS TRUST- EMERGING MARKETS E FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, ORI CAPITAL II MASTER FIA, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, ARTISAN PARTNERS GLOBAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND LP, CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND, HARRIS FAMILY FOUNDATION, ABS DIRECT EQUITY FUND LLC, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST, ALASKA PERMANENT FUND, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING, AGF EMERGING MARKETS FUND, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, IBM 401 (K) PLUS PLAN, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADAX FUND, FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADAX FUND, JOHN HANCOCK TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT T, PRINCIPAL INTERNATIONAL EQUITY FUND, SSGA SPDR ETFs EUROPE I PLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, MACKENZIE MAXIMUM DIVERSIFICATION EMERGING MARKETS INDEX ETF, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, EMERGING MARKETS EQUITY SELECT ETF, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, CONNOR CLARK & LUNN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO INVESTMENT

MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JNL MULTI-MANAGER INTERNATIONAL SMALL CAP FUND, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VELLIV, PENSION & LIVSFORSIKRING A/S, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS FUND, WCM FOCUSED EMERGING MARKETS FUND LP, WCM INTERNATIONAL SMALL CAP GROWTH FUND, WCM INTERNATIONAL SMALL CAP GROWTH FUND L.P., APO CAPITAL LATAM FUND LLC, ARTISAN MULTIPLE INVESTMENT TRUST, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND, BARTHE HOLDINGS LLC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CC AND L Q 140-40 FUND, CCL Q MARKET NEUTRAL FUND, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS FLEXIBLE ZAR FUND, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. AS TR F HSBC BRAZIL NEW MO FUND, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, LF WALES PP EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION, MANULIFE GLOBAL SMALL CAP FUND, MAWER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MAWER EMERGING MARKETS EQUITY FUND LLC, MAWER GLOBAL SMALL CAP FUND, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL SMALL COMP UNIT FUND, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, OBERWEIS EMERGING MARKETS FUND, ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN BOARD, ORI CAPITAL I MASTER FIA, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEX, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RED LIFE REINSURANCE LIMITED, SCHOOL EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STICHTING SHELL PENSIOENFONDS, TENAX INSTITUCIONAL ACOES MASTER FIA, TENAX MACRO PREVIDENCIA MASTER FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MU, TENAX TOTAL

RETURN PREV MASTER FIFE FIM, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE MASTER TR BANK OF JAPAN AS TR FOR HSBC BRAZIL MOTHER FD, THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, TNAX AES MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES, TNAX MACRO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, TNAX TOTAL RETURN MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, TYLER FINANCE LLC, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND, WISHBONE DELAWARE BRAZIL I, LLC; DYNAMO BRASIL I LLC, DYNAMO BRASIL III LLC, DYNAMO BRASIL VI LLC, DYNAMO BRASIL IX LLC, DYNAMO BRASIL XV LP, ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, DYNAMO BRASIL V LLC, DYNAMO BRASIL VIII LLC, DYNAMO BRASIL XIV LLC, COUGAR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MAR ABSOLUTO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; NÚCLEO PIÚVA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO PREV 100 FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, NÚCLEO AGULHAS NEGRAS FIA, NÚCLEO MASTER FIA, FP FOF NC AÇÕES FIA, AURORA BRAZIL LLC, NCIP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; REPRESENTADOS POR RICARDO JOSÉ DA COSTA SILVA BORGES: SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I; FP NEO TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO NAVITAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO NAVITAS PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NEO FUTURE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES, NEO NAVITAS ITAÚ PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; APO CAPITAL LATAM MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; ASTER MASTER FIA G BDR NIVEL I, ASTER INSTITUCIONAL MASTER FIA, ASTER INSTITUCIONAL A FIA, ASTER MASTER FIA Q; JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, JGP ESG PREVIDENCIÁRIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ADVISORY XP SEGUROS FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP SULAMÉRICA MASTER PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FI MULTIMERCADO, JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ICATU FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP PREVIDENCIÁRIO RED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP BRASILPREV FIFE MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS, JGP PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES I, FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTERIOR CRÉDITO PRIVADO, MOSTEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; TENAX TOTAL RETURN MASTER FIA; REPRESENTADOS POR LARISSA MATIAS CORREIA NUNES: CONSTELLATION CAMBARÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, CONSTELLATION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION BP 100 PREV. FIA FIFE,

CONSTELLATION 100 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FIFE, CONSTELLATION COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION 70 PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIA MULTIMERCADO, CONSTELLATION ICATU 70 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, CONSTELLATION BRADESCO 100 FIFE FIA, CONSTELLATION QUALIFICADO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, CONSTELLATION SULAMERICA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; INDIE LOTUS FIA, INDIE FOCUS FIA, INDIE FIFE PREVIDENCIA FIM, INDIE MASTER FIA, INDIE PLATINUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FP INDIE TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, INDIE BRPREV FIM; REPRESENTADOS POR PAOLA CAMERO MOUSSATCHE: VELT IVP MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS D INVESTIMENTOS EM AÇÕES, VELT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT PARTNERS FUND LLC, VELT BRADESCO PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT BV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, VELT TARUMÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; REPRESENTADOS POR CARLOS GUSTAVO PERRET SIMAS: 3 ILHAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 11 de abril de 2024.

José Caetano Paula de Lacerda
Presidente

Marcelo Abreu dos Santos Tourinho
Secretário

GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

NIRE 35.300.350.120

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO I

Estatuto Social Consolidado

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

NIRE nº 35.300.350.120

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A GPS Participações e Empreendimentos S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social (“**Estatuto Social**”) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Novo Mercado**”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, e, por decisão da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social (i) a administração patrimonial de bens e interesses próprios e de suas subsidiárias e coligadas; (ii) a participação em empreendimentos comerciais e industriais; e (iii) a participação como acionista ou sócia de sociedades empresárias, personificadas ou não, em quaisquer ramos de negócios, no Brasil ou no exterior.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.938.166.503,05 (um bilhão, novecentos e trinta e oito milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e três reais e cinco centavos), dividido em 672.170.267 (seiscentos e setenta e dois milhões, cento e setenta mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias, até o limite de R\$ 2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de reais).

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Artigo 8º. Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º. Observado o disposto neste Estatuto Social, notadamente o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 2º, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária, subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Artigo 10. A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

Capítulo III Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 11. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, dentro do prazo legal de antecedência previsto na Lei das Sociedades por Ações, em primeira e segunda convocações.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 2º deste Artigo 12, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 4º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, por qualquer outro membro do Conselho de Administração ou por pessoa por ele indicada, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 5º. O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 6º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) alterar este Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de compra de ações ou outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros planos baseados em suas ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar a saída do Novo Mercado;
- (x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social;
- (xii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e
- (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, em especial, o Regulamento do Novo Mercado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Capítulo IV Dos Órgãos da Administração

Seção I Das Disposições Comuns

Artigo 14. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador ou conselheiro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas internas em vigor da Companhia na data de posse.

Parágrafo 4º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos e novos titulares, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 5º. Observado o disposto na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus administradores até o dia útil seguinte em que a Companhia for comunicada da referida renúncia ou em que for aprovada referida destituição.

Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

Parágrafo 7º. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Seção II Do Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros titulares e 2 (dois) suplentes, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser

expressamente indicada na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 1º acima, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pela maioria de votos dos seus membros. O Conselho de Administração deverá nomear seu Presidente e Vice-Presidente na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral que eleger seus membros, desde que a referida Assembleia Geral assim não tenha procedido. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente, mantendo as prerrogativas inerentes à função.

Parágrafo 4º. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 5º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 6º. Em caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo exercido por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, suas funções deverão ser assumidas por membro suplente, se houver, durante a ausência ou impedimento temporário ou após a vacância.

Parágrafo 7º. Sem prejuízo do previsto no Parágrafo 6º deste Artigo 15 e respeitadas as disposições do *caput* e Parágrafo 1º deste Artigo 15, em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, caso todos os suplentes já tenham-se tornado membros efetivos, os membros do Conselho de Administração remanescentes poderão nomear um substituto, o qual servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo.

Artigo 16. Ressalvada a hipótese de adoção do procedimento de voto múltiplo, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

Parágrafo 1º. Na eleição de que trata este Artigo 16, somente poderão concorrer as chapas (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na

forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 16, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger a totalidade dos membros do Conselho de Administração, disponibilizar aos acionistas as informações e declarações relativas a cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como pela Política de Indicação da Companhia, inclusive com relação à caracterização dos candidatos como independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º. Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem apresentar outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão encaminhar à Companhia as informações, documentos e declarações a que se refere o Parágrafo 2º acima, cabendo à Companhia, após a devida conferência, proceder à respectiva divulgação nos termos da regulação vigente.

Parágrafo 4º. A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Artigo 17. Não obstante o disposto no Artigo 16 acima, na eleição do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas, passando a ser considerados candidatos os integrantes das chapas de que trata o Artigo 16, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para eleição pelo processo de voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e declarações referentes a tais candidatos a que se refere o Parágrafo 2º do Artigo 16 acima.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário de reuniões divulgado anualmente pela Companhia, e, extraordinariamente, sempre que for necessário. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação por escrito da maioria dos seus membros. Tal convocação deverá (i) ser feita por carta registrada, fax ou e-mail com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia; e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas quando da presença da maioria dos seus membros e realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros.

Parágrafo 2º. Não obstante as formalidades previstas no Parágrafo 1º acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do Artigo 14, Parágrafo 7º, acima e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas, por escrito, pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência, correio eletrônico ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão formalizar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico, devendo os votos ser encaminhados ao presidente da mesa que dirige os trabalhos durante a respectiva reunião.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 6º abaixo, no caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro impedido ou ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não puder estar presente, as matérias especificadas na autorização, por meio de carta, fac-símile entregue ou correio eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração, com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas das reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Parágrafo 7º abaixo.

Parágrafo 5º. Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, nos termos do Parágrafo 4º acima, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.

Parágrafo 6º. Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os membros do Conselho de Administração celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 7º. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 9º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 19. Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no Artigo 21, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 20. O Conselho de Administração poderá criar comitês consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

Artigo 21. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- (ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social;
- (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;
- (vi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas;
- (vii) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no Artigo 32 deste Estatuto Social, observado o disposto em lei;
- (viii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (ix) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (x) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (xi) administrar o Plano de Compra de Ações da Companhia, conforme aprovado pela Assembleia Geral, aos seus executivos ou colaboradores do grupo econômico da Companhia, podendo, para tanto, criar Programas Periódicos com base no referido Plano de Compras de Ações, que conterà, dentre outros pontos:

(a) definição, nos seus termos, dos seus participantes; (b) definição, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano de Compra de Ações, a quantidade de ações e a forma de distribuição destas entre os seus participantes; e (c) recompra, pela Companhia, de ações atribuídas no contexto do Plano de Compra de Ações;

- (xii) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;
- (xiii) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, bem como definir a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia;
- (xiv) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas da Companhia, relativamente às operações de incorporação, cisão, fusão e transformação, exceto se tais operações ocorrerem entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia, desde que o capital social de tais sociedades seja, direta ou indiretamente, integralmente detido pela Companhia;
- (xv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xvi) aprovar ou alterar o Plano de Negócios da Companhia, compreendendo o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e alterações importantes a eles relativas;
- (xvii) autorizar a aquisição de empresas, participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar;
- (xviii) autorizar a realização de qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral, realizados em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;
- (xix) autorizar a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros, realizados em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

- (xx) autorizar investimentos de capital individuais realizados em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 1,0% (hum por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxi) autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xix) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia, realizados em uma única operação, que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxii) autorizar a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual, realizados em uma única operação, e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xxiii) autorizar a concessão de quaisquer garantias pela Companhia (a) em favor de suas controladas, realizados em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; ou (b) em favor de quaisquer outros terceiros, independentemente do valor;
- (xxiv) autorizar a prática de qualquer dos atos mencionadas nos itens (xvii) a (xxiii) acima pelas sociedades controladas pela Companhia, considerando os valores especificados em cada item, exceto com relação a atos para realização de consórcios pelas sociedades controladas pela Companhia, hipótese na qual não será necessária a autorização do Conselho de Administração;
- (xxv) celebração de todo e qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou instrumento similar entre os acionistas ou sócios de qualquer das controladas ou coligadas da Companhia;
- (xxvi) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração, na forma do Artigo 16 deste Estatuto Social; e
- (xxvii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. Compete ao Conselho de Administração, ainda, a aprovação, com relação às manifestações de votos a serem proferidos pela Companhia como sócia ou acionista de sociedades controladas ou coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, para que estas possam dar curso a pedido de

autofalência, bem como de liquidação, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer controlada ou coligada da Companhia, conforme aplicável, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

Parágrafo 2º. Ao Conselho de Administração caberá ainda acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, examinando a qualquer tempo documentos, livros e papéis da Companhia, e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, contratos com partes relacionadas, programas de opção de aquisição de ações e de outros títulos conversíveis de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º. Ressalvadas as transações entre partes relacionadas (a) cujo valor individual seja inferior a 0,2% (dois décimos) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes; ou (b) entre a Companhia e suas controladas ou coligadas no curso normal de negócios, ou ainda entre estas últimas, todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração.

Seção III Diretoria

Artigo 22. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo isoladamente nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º. Os Diretores sem designação específica terão sua competência atribuída pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 5º. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 6º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o respectivo cargo, desde que cumprido por este o disposto no Artigo 14, Parágrafo 3º, deste Estatuto Social.

Parágrafo 7º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 23. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que necessário na presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, dentre os quais deverá estar incluído o Diretor Presidente.

Artigo 24 . Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 22 deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do referido exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI deste Estatuto Social;
- (iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, o Plano de Negócios da Companhia, compreendendo o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional para a Companhia, relativa ao exercício social seguinte;
- (iv) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- (v) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e
- (vi) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e/ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 25. Observado o previsto no *caput* do Artigo 22, em caso de vacância dos cargos de Diretor com designação específica, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da vacância do cargo ou verificação do impedimento.

Artigo 26. Exceto pelo disposto no Parágrafo 2º abaixo, e sem prejuízo do previsto no Artigo 22, Parágrafo 1º, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, será feita (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores, sempre agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes

específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 26.

Parágrafo 1º. Exceto pelo disposto no Parágrafo 2º abaixo e no Parágrafo 1º do Artigo 22 acima, as procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

Parágrafo 2º. Excepcionalmente ao disposto no *caput*, parágrafo 1º deste Artigo 26, a representação da Companhia (i) para o exercício de seu direito de voto em suas controladas; (ii) em juízo, na qualidade de autora ou ré; (iii) perante repartições públicas em geral ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, sindicatos de trabalhadores, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e nos documentos referentes às relações empregatícias, (iv) bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e prestação de depoimento pessoal, competirá isoladamente a qualquer Diretor que poderá assinar quaisquer atos pertinentes, ou a um bastante procurador, cujos poderes sejam especificados no instrumento de mandato outorgado por qualquer Diretor com objeto pertinente às matérias previstas neste Parágrafo 2º, sendo vedado o substabelecimento.

Artigo 27. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Capítulo V Do Conselho Fiscal

Artigo 28. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de concorrente ou de controlador, controlada ou sociedade sob controle comum com concorrente; e (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de concorrente ou de controlador, controlada ou sociedade sob controle comum com concorrente.

Artigo 29. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

Capítulo VI Exercício Social e Lucros

Artigo 30. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 31. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e
- (iii) eventual saldo, após as distribuições anteriores, em percentual a ser proposto pela administração e fixado pela Assembleia Geral, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável e no parágrafo 1º abaixo para a constituição de Reserva de Investimentos, cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar, incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 1º - É permitida a destinação do lucro para reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais e outras retenções permitidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive para fazer frente a orçamento de capital aprovado na forma de seu artigo 196. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas neste artigo 31, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 32. A Companhia poderá:

- (i) declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Capítulo VII Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 33. Nas hipóteses de alienação direta ou indireta de controle da Companhia, cancelamento de registro de companhia aberta, saída voluntária do Novo Mercado ou reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia deverão ser observadas as disposições da legislação e da regulamentação aplicáveis, incluindo, sem limitação, as normas editadas pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo único. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo VIII Dissolução e Liquidação

Artigo 34. O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 35. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo IX Resolução de Disputas

Artigo 36. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo X Disposições Gerais

Artigo 37. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 38. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 39. A Companhia indenizará e/ou manterá indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “**Beneficiários**”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 40. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado ao presidente da mesa da Assembleia Geral ou da reunião Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

Artigo 41. As disposições contidas no Artigo 7º; nos itens (x) e (xi) (parte inicial) do Artigo 13; no Parágrafo 5º do Artigo 14; e no Artigo 38 (parte inicial) somente terão eficácia a partir da data de

concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM. As disposições contidas nos Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 1º; no Artigo 8º; nos itens (ix) e (xi) (parte final) do Artigo 13; no *caput* e nos Parágrafos 1º, 2º e 5º do Artigo 15; no item (xv) e no Parágrafo 3º do Artigo 21; no Parágrafo 2º do Artigo 28; nos Capítulos VII e IX; no Artigo 37 (parte final); e Artigo 38 (parte final) deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.

Parágrafo único. Observado o previsto no artigo 41, *caput*, acima, até a entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia será composto por 8 (oito) membros efetivos e até igual número de suplentes, os quais são eleitos e poderão ser destituídos pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, e terão mandato de gestão unificado de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

* * *

GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

NIRE 35.300.350.120

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO II

Mapa de Votação Final Sintético

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

Mapa Final de Votação Consolidado
GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. - 09.229.201/0001-30
Grupo GPS - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
11/04/2024 10:00

1. Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	398.802.758	0	174.481.011

2. Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	570.966.969	0	2.316.800

3. Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	492.628.019	9.904.207	70.751.543

4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	25.788.374	5.663.295	179.937.933

5. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Ordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em segunda convocação?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	206.582.437	2.490.365	2.316.800

Mapa Final de Votação Consolidado
GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. - 09.229.201/0001-30
Grupo GPS - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
11/04/2024 10:00

1. Aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	573.283.769	0	0

2. Alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	573.283.769	0	0

3. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Extraordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em segunda convocação?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	208.899.237	2.490.365	0